

Autoridade imanente e o problema do comum

Autoridade imanente e o problema do comum

Claire Blencowe¹

Leila Dawney²

Aécio Amaral³

Do poder positivo e da governamentalidade aos estudos de autoridade

Este dossiê se origina de um conjunto de preocupações partilhadas sobre a autoridade e o conceito de “comum”. Em uma era de crescente fechamento neoliberal, o conceito de autoridade pode ajudar a elucidar e clarificar o entendimento de movimentos acadêmicos e políticos recentes que têm sublinhado a centralidade do conceito de “comum” nas ciências sociais, nas artes e humanidades e no ativismo político. Esse interesse nas relações entre autoridade e o comum reuniu membros do coletivo de pesquisa ARN - *Authority Research Network*, baseado no Reino Unido, e pesquisadores e ativistas brasileiros que participaram de uma troca de ideias em eventos ocorridos no Brasil e no Reino Unido⁴, cujos principais resultados vêm agora a lume.

A questão do papel da autoridade na política contemporânea é uma marca distintiva da ARN. O coletivo de pesquisa surgiu há dez anos com o intuito

¹ Professora Associada de Sociologia e diretora do Centre for Social Theory na University of Warwick, Reino Unido. É membro da ARN – Authority Research Network e autora de *Biopolitical Experience: Foucault, Power & Positive Critique* (Palgrave).

² Senior Lecturer na Universidade de Brighton, Inglaterra. Atua na área de Geografia Política e Geografia Cultural, com interesses de pesquisa em geografias do afeto e práticas corporificadas; paisagem, experiência e subjetividade. É membro da ARN – Authority Research Network.

³ Professor de sociologia no Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal da Paraíba (Campus João Pessoa) e é membro do GETS - Grupo de Estudos em Estética, Técnica e Sociedade; do grupo de pesquisa Materialismos e do coletivo de pesquisa ARN - Authority Research Network.

⁴ Entre 2014 e 2016 foram realizados três eventos envolvendo pesquisadores da ARN e de universidades brasileiras em Brighton (University of Brighton), João Pessoa (Universidade Federal da Paraíba) e Coventry (University of Warwick). Os eventos contaram com apoio da agência de fomento britânica AHRC - Arts and Humanities Research Council e da UFPB.

de explorar o entendimento de e desenvolver abordagens pós-estruturalistas e da teoria cultural para a crítica política e social. Nós partilhávamos um interesse comum na analítica do poder de Michel Foucault, nos estudos de governamentalidade, e no tratamento das ciências da vida como uma condição de emergência da subjetividade política moderna. Com base nessas perspectivas nós tentamos entender e participar da criação de vida coletiva, assim como explorar os modos nos quais desigualdades, relações históricas de poder e de dominação estão sempre implicadas em tal trabalho político criativo.

Na sociologia e na teoria social foucaultiana, os conceitos de poder positivo e de governamentalidade têm sido usados para demarcar esses tipos de interesses. Pensar sobre a positividade do poder, nos termos de Foucault, é identificar o poder como uma força produtiva que cria coisas e sujeitos. O estudo da governamentalidade enfatiza a imbricação entre formas de saber e de pensar - mentalidades - nas relações de poder, bem como centra atenção no caráter co-constituído do poder e da liberdade em um mundo de modernidade liberal.

Porém, nós nos frustramos com as limitações desse vocabulário. Nos frustramos com a maneira como as discussões sobre poder positivo tornam o poder uma categoria demasiada onipresente e nos fazem perder, ao invés de adquirir, o senso de diferenciação. Também nos frustrou o fato de os estudos sobre governamentalidade terem desenvolvido uma fixação em oferecer mais e mais análises dos efeitos do poder em condições particulares de existência (por exemplo, a racionalidade liberal e o conhecimento biomédico), ao invés de explorar a contingência e a pluralidade destas condições. Nós queríamos retornar ao espírito, e não à letra, das análises de Foucault: descrever, politizar e trabalhar em meio às condições de experiência que tornam possível a vida coletiva.

Aproximamo-nos do conceito de autoridade com o intuito de renovar esse tipo de questionamento e de aprendermos com outras abordagens relativas à pluralidade e à positividade do poder. Interessa-nos a positividade da autoridade - suas capacidades produzida e produtiva. Assim, interessa-nos saber como a autoridade é criada e transformada em diferentes contextos, quais são as condições necessárias para a produção da autoridade, e que relações de autoridade estão implicadas nas formações da vida política.

Nós vemos a autoridade como um tipo específico (ou uma constelação de tipos) de poder. Poder que deriva das desigualdades no conhecimento ou no

acesso a uma verdade ou realidade maior. Trata-se da relação de poder baseada no conhecimento perito, mas também no carisma, na tradição, e na experiência. Autoridade é uma capacidade de inspirar confiança e de convidar ao investimento - de compor a vida coletiva.

Voltar-se especificamente para a autoridade, e não para o poder em geral, dirige a atenção à performance corporificada e à estética como condições da política e do poder. Também dirige a atenção especificamente para sensações do real ou de uma realidade que transcenda e conecte diferentes sujeitos da experiência e que revista de valor sujeitos e objetos. Onde quer que haja relações de autoridade, alguma ideia de verdade ou realidade está sendo invocada e afirmada. Pensamos estas relações como instâncias políticas.

Autoridade imanente

Ao longo dos últimos anos nós desenvolvemos os conceitos de autoridade imanente e emergente. Nós escrevemos coletivamente sobre a ideia de autoridade imanente ou emergente⁵. Ao utilizar esses termos, estamos tentando dar conta de duas coisas diferentes. De um lado, estamos adotando uma perspectiva materialista para as condições transcendentais, excessivas da emergência de autoridades - o modo como o transcendente, o real, a ideia de objetividade são todos produzidos no interior de tecnologias e mundos materiais. Essa linha de raciocínio tem nos aberto para pensar de forma generativa sobre a produção de autoridade, e a pensar sobre o papel e a importância da autoridade na política “desde baixo” e no trabalho pelo empoderamento de minorias.

Por outro lado, nós queremos enfatizar e prestar atenção no papel da imanência, da emergência, da criatividade e da vitalidade como sendo elas próprias o real, o “trans” ou a objetividade na composição de relações contemporâneas de autoridade. Enquanto a autoridade algumas vezes é pressuposta como sendo ligada à tradição e manifestações do passado, no mundo contemporâneo é precisamente ao se passar por nova ou vital que a autoridade é mais frequentemente criada. Neste sentido, estamos dando continuidade de forma direta ao projeto de Foucault de enfatizar a inflexão da liberdade, da vitalidade, da criatividade, do progresso e do aprimoramento em dominação, destruição e exploração.

⁵ Cf. Blencowe, Brigstocke and Dawney, 2013; Blencowe, Brigstocke and Dawney, 2014; Noorani, Brigstocke and Blencowe, 2013.

Devemos aqui sublinhar particularmente a maneira como as estratégias neoliberais de comodificação pressupõem a vitalidade dos mercados como o modo de acesso ao real, tornando-a o árbitro da autoridade. De maneira similar, também devemos sublinhar o papel da sobrevivência e do crescimento biológicos, da vida como figuras centrais nos imaginários políticos e sociais. Se, por um lado, não é possível ter vida política, coletiva sem aquilo que partilhamos - que poderíamos chamar o “trans” ou o real - é possível também, pensamos, demonstrar que tais condições são contingentes. É possível demonstrar, como faz Foucault, que a sobrevivência biológica emergiu no interior da história do pensamento. Isso é importante não apenas porque implica que há sempre outra possibilidade e que escolhas estão sempre sendo feitas. Por exemplo, não há “vida”, mas múltiplas formas de “vida” - uma política orientada pela vida e pela sobrevivência pode afirmar coisas muito diferentes, a depender da forma de vida que é invocada. Insistir que o real imanente é plural, contingente e confuso é dar um giro profundamente político.

O comum

Tão logo nós começamos a falar sobre autoridade imanente, o conceito de “comum” passou a chamar nossa atenção. Essa tendência se confirmou, e em nosso trabalho coletivo atual nós temos de fato focado na relação entre o comum e o mais-que-humano⁶.

Nós afirmamos que a vida política coletiva sempre emerge em relação a algo que é excessivo à experiência e transcende o momento presente e a incorporação de uma comunidade, e que este algo tem sua forma mais concreta, material no comum. O comum é assim mais que os recursos que são mantidos coletivamente. Ao passo que Hardt e Negri (2011) e outros têm descrito as habilidades criativas do trabalho da multidão como o comum, as referências mais frequentes ao comum abarcam outros não-humanos e agências - terra, plantas e animais, água e tecnologias. Ao pensar nesses elementos como o excesso da experiência que constitui uma possibilidade de condições de autoridade e de vida coletiva, nós identificamos possibilidades de formação política que não se baseiam em transcendência metafísica ou mesmo em imagens quasi-transcendentais

⁶ Cf. Brigstocke and Noorani, 2016a e 2016b; Kirwan, Dawney and Brigstocke, 2015.

de vida comum e de comunidade. O comum pode oferecer um fundamento potencial de organização política que é menos relacionado aos jogos da política de identidades e da teologia política, os quais se tornaram mais problemáticos nas condições contemporâneas de fratura do social. Ao mantermos alguma coisa em comum nós não temos a necessidade de *ser* comuns, quer no sentido de ter uma identidade comum ou de uma sujeição comum - ao contrário, nós partilhamos interesses comuns, e isso é o que torna o conceito tão útil para se pensar a política da autoridade.

Os membros da ARN têm pesquisado sobre diferentes aspectos do comum material: tecnologias e biotecnologias; plantas como recursos em florestas; plantas como pontos de acesso a estados alterados de consciência e experiências profundas; terra comum; agricultura; cooperativas de pesca; e espaço urbano. Em cada caso, podemos ver o mundo material mais-que-humano constituindo um fundamento excessivo e um referente transcendental, em relação aos quais existem desigualdades, os valores podem ser orientados, o tempo pode ser experienciado, a autoridade e a vida coletiva podem ser formadas. Trata-se de lugares criativos de prática política e estética. Lugares para o fomento do aprimoramento de vidas colaborativas. Certamente, como qualquer outro modo de composição da vida coletiva, o comum não é inocente e pode fornecer a base para relações de dominação, exclusão e exploração, como deixamos claro em nossos trabalhos⁷. Ao reconhecermos o papel da autoridade na formação da vida colaborativa, nós também podemos ver que a desigualdade, exclusão e menosprezo estão implicados em tal trabalho, embora ainda possamos manter a esperança nas possibilidades de uma política fundada no comum.

Autoridade imanente e o problema do comum

Ao passo que a autoridade costuma ser criticada como algo ligado a formas hierárquicas ou opacas de política, nosso projeto é recuperar o conceito de uma definição restrita que associa autoridade apenas a formas conservadoras de vida ou governos autoritários, e caminhar na direção de uma perspectiva mais nuançada acerca da produção e experiência de relações de autoridade que possam dominar e alienar, mas também empoderar, animar e propiciar vínculos. O

⁷ Cf. Brigstocke, Dawney and Kirwan, 2016; Noorani, Brigstocke and Blencowe, 2013.

conceito de autoridade pode nos auxiliar a pensar nas formas através das quais o conhecimento, os sistemas peritos e a experiência são valorizados; pode auxiliar também a fornecer um modo de entendimento de como novas vozes podem ser efetivamente escutadas.

Neste veio, nossas colaborações com pesquisadores brasileiros que trabalham na academia brasileira contribuiu para abrir nossos horizontes tanto em termos teóricos quanto empíricos. Se desde o início as abordagens do pós-estruturalismo e da teoria cultural para a análise social e política têm orientado nossa perspectiva sobre a questão da autoridade, nós também estamos cada vez mais interessados em formas de pensamento que estejam associados ao pensamento latino-americano, bem como no desafio a modelos tradicionais de poder oferecido pelo pensamento pós-colonial. A troca com pesquisadores brasileiros reforçou esse interesse, ao mesmo tempo em que nos ajudou a explorar de forma panorâmica as potencialidades e limitações das relações entre autoridade e o comum com base em experiências ocorridas na América do Sul, Brasil, Irlanda e Reino Unido.

A maioria dos artigos a seguir resulta do encontro entre a ARN e pesquisadores brasileiros. Aqueles artigos que não se originaram daí demonstraram-se bastante afinados com os nossos interesses comuns.

10

Bristol, Brighton e João Pessoa,
junho de 2018.

Referências

BLENCOWE, C.; BRIGSTOCKE, J. and DAWNEY, L. 2014. **Authority, Experience and the Life of Power**. London: Routledge.

BLENCOWE, C.; BRIGSTOCKE, J. and DAWNEY, L. 2013. “**Authority and experience.**” *Journal of Political Power* no. 6 (1):1-7. doi: 10.1080/2158379X.2013.774973.

BRIGSTOCKE, J.; DAWNEY, L. and KIRWAN, S. 2016. **Space, power and the commons: the struggle for alternative futures**. London: Routledge.

BRIGSTOCKE, J. and NOORANI, T. 2016a. **Listening with non-human others**. Lewes: ARN Press.

BRIGSTOCKE, J. and NOORANI, T. 2016b. “**Posthuman attunements: Aesthetics, authority and the arts of creative listening.**” *GeoHumanities* no. 2 (1):1-7.

HARDT, M. and NEGRI, A. 2011. **Commonwealth**. Cambridge, Ma: Harvard University Press.

KIRWAN, S.; DAWNEY, L. and BRIGSTOCKE, J. 2015. **Space, power and the commons: The struggle for alternative futures**. London: Routledge.

NOORANI, T.; BRIGSTOCKE, J. and BLENCOWE, C. 2013. **Problems of Participation: Democracy, commodification and the forms by which we live**. Lewes: ARN press.

||